

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.692.271 - RO (2017/0204216-9)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A  
**ADVOGADOS** : FÁBIO BARCELOS DA SILVA - SC021562  
LIDIANI SILVA RAMIRES DONADELLI E OUTRO(S) -  
RO005348  
**RECORRIDO** : SILVIO CANDIDO TENORIO  
**RECORRIDO** : MARIA ELIZABET LIMA DA SILVA  
**ADVOGADO** : FELIPE GÓES GOMES AGUIAR - RO004494

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DECLARATÓRIA C.C. INDENIZATÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ. RECONHECIMENTO DA QUALIDADE DE PROPRIETÁRIO DO AUTOR E FIXAÇÃO DA RESPECTIVA INDENIZAÇÃO. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7 DO STJ. COBERTURA FLORÍSTICA. CÁLCULO EM SEPARADO. IMPOSSIBILIDADE NA HIPÓTESE DOS AUTOS. JULGAMENTO ULTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSENTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 211/STJ.*

*1. Inexistência de maltrato ao art. 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.*

*2. Para aferir a ocorrência de cerceamento de defesa e a existência de prejuízo, como pretende a recorrente, seria necessário a incursão no acervo fático-probatório dos autos, prática vedada pelo Enunciado n.º 7/STJ.*

*3. Para afastar a qualidade de proprietário do autor e o reconhecimento do direito deste à indenização, seria necessário o reenfrentamento da situação fática da causa, incidindo, na espécie, óbice do Enunciado n.º 7 do STJ.*

*4. O acórdão recorrido, porém, destoa da jurisprudência do STJ ao permitir o cálculo indenizatório da cobertura florística em separado somente quando há prévia e lícita exploração da vegetação.*

*5. Se a controvérsia é decidida dentro dos limites delineados na petição inicial, não há falar em julgamento extra, citra ou ultra petita.*

*6. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.*

*7. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE*

PROVIDO.

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A com arrimo no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (fl. 472):

*RECURSO. TEMPESTIVIDADE. CONHECIMENTO. SENTENÇA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. PRETENSÃO. CARACTERÍSTICA. PROVISORIEDADE. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. USINA. INSTALAÇÃO. IMÓVEL. DESAPROPRIAÇÃO. POSSE. INDENIZABILIDADE. PROPRIEDADE. PROVA. DESNECESSIDADE. DANOS MATERIAIS. TERRA NUA. BENFEITORIAS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. COBERTURA FLORÍSTICA. APROVEITAMENTO ECONÔMICO. PROVA. INDEFERIMENTO. DANO MORAL. CONDENAÇÃO MANTIDA. VALOR. REDUÇÃO. CASO CONCRETO. NÃO CABIMENTO.*

Consta dos autos que SILVIO CÂNDIDO TENÓRIO E MARIA ELIZABET DE LIMA CÂNDIDO ajuizaram ação declaratória de reconhecimento de posse c.c. indenização por danos materiais e morais em desfavor de ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. - ESBR.

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido formulado na petição inicial para condenar a requerida ao pagamento de indenização por dano material no valor de R\$ 260.754,34, com correção monetária a partir do ajuizamento da ação e juros moratórios desde a citação, além de condenar a empresa requerida ao pagamento de R\$ 10.000,00, a título de danos morais, sobre os quais deverá incidir juros legais e correção monetária a partir da data de publicação da decisão. Por fim, condenou a demandada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Irresignada, a demandada interpôs recurso de apelação. No entanto, o Tribunal de Justiça de origem negou provimento ao recurso especial conforme a ementa acima transcrita.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados nos seguintes termos (fl. 509):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. REQUISITOS DE OCORRÊNCIA. NÃO HÁ OMISSÃO SE A DECISÃO RECORRIDA ENFRENTOU TODOS OS ARGUMENTOS JURÍDICOS FORMULADOS CAPAZES DE INFIRMÁ-LA. NÃO É CONTRADITÓRIA A DECISÃO JUDICIAL QUE É CONTRÁRIA À TESE FORMULADA PELA PARTE RECORRIDA.*

Em suas razões de recurso especial, a recorrente alegou violação as arts. 489, inciso II e 1.022, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, ao argumento de que houve carência de fundamentação e negativa de prestação jurisdicional. Apontou contrariedade aos arts. 465, § 1º e 474, ambos do Código de Processo Civil, sob o fundamento de que houve cerceamento de defesa. Asseverou negativa de vigência aos arts. 1.219, do Código Civil, ao argumento de que a ocupação de bem público não caracteriza posse, e sim mera detenção, fato que inviabiliza o recebimento de qualquer tipo de indenização pela área ocupada. Afirmou malferimento aos arts. 141 e 492, ambos do CPC, sob o fundamento de que houve sentença *ultra petita*, posto que exorbitante o valor fixado a título de indenização por danos materiais. Aduziu ofensa aos arts. 23 e 27 do Decreto-Lei n.º 3.365/41, posto que nulo o laudo pericial apresentado pelo perito judicial. Acenou pela ocorrência de dissídio jurisprudencial. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Houve apresentação de contrarrazões às fls. 562/587.

É o relatório.

Passo a decidir.

**1. No que tange à alegação de negativa prestação jurisdicional:**

As questões submetidas ao Tribunal *a quo* foram suficiente e adequadamente apreciadas, com abordagem integral dos temas e fundamentação compatível. Destarte, não há se falar em negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. O Tribunal de origem, após a análise dos elementos dos autos, concluiu que não é devido o reajuste do benefício complementar pelo autor, uma vez que no presente caso, incide a Lei 8.020/90, o qual destina eventuais sobras no exercício anual para o fundo de contingência, ou para a redução das contribuições. Verifica-se que para desconstituir o entendimento exposto pelo Tribunal local e acolher a pretensão recursal seria imprescindível a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas, bem como a interpretação de cláusulas contratuais, o que é defeso nesta instância especial ante os óbices das Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Agravo interno não provido. (**AgInt no AREsp 1233390/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 20/04/2018**)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RESERVA DE NUMERÁRIO. DISCORDÂNCIA ENTRE AS PARTES. NECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO AUTÔNOMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO QUE SE DEU APÓS ANÁLISE DAS PROVAS E DO CONTRATO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Todas as questões suscitadas pelas partes foram devidamente apreciadas pela Corte estadual, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional.
2. O acórdão estadual está em consonância com a jurisprudência desta Corte no tocante à necessidade de se ajuizar ação própria para a cobrança de honorários contratuais quando existir discordância entre o outorgante e o advogado.
3. Ademais, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base nas disposições contratuais e no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, ante os óbices dos enunciados n. 5 e 7 da Súmula deste Tribunal.
4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1059771/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR. POSSE VELHA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. CABIMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.**

1. Não configura ofensa ao art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.
2. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica.
3. Não há falar em erro de julgamento se a decisão de primeiro

*grau aplica indevidamente o art. 927 do CPC/73, e o Tribunal de origem enquadra o fato em dispositivo legal diverso, confirmando a liminar de reintegração de posse, porque preenchidos os requisitos do art.*

*273 do CPC/73.*

*4. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que é possível a concessão de tutela antecipada em ação possessória de força velha, desde que preenchidos os requisitos do art. 273 do CPC/73, a serem aferidos pela instância de origem.*

*5. Segundo o acórdão recorrido, os documentos carreados aos autos mostraram-se suficientes para comprovar a existência da posse sobre o imóvel e o esbulho praticado. Incidência da Súmula 7/STJ.*

*6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1089677/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)*

## **2. No que tange ao cerceamento de defesa:**

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para aferir a ocorrência de cerceamento de defesa como pretende a recorrente, seria necessário a incursão no acervo fático-probatório dos autos, prática vedada pelo Enunciado n.º 7/STJ.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA AUTORA.**

*1. O Tribunal local decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, no sentido de que só se declara a nulidade de atos processuais caso verificada a ocorrência de efetivo prejuízo a uma das partes. Incidência da Súmula 83 do STJ.*

*1.1. Para aferir a ocorrência de cerceamento de defesa e a existência de prejuízo, como pretende a agravante, seria necessário a incursão no acervo fático-probatório dos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ. Precedentes.*

*2. Alterar as premissas adotadas pelo decisum atacado, no tocante à alegada exceção do contrato não cumprido,*

*demandaria a interpretação das cláusulas contratuais e a rediscussão da matéria fático-probatória, providência inviável em sede de recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 desta Corte.*

**3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AgRg no AREsp 548.003/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)**

### **3. No que tange ao dever de indenizar:**

3.1. Em relação à terra nua, às construções, às árvores frutíferas e ao desmatamento manual:

O Tribunal de Justiça de origem, ao julgar o recurso de apelação, afastou o pedido de reforma da sentença sob os seguintes fundamentos (fls. 477/479):

(...)

*No tocante ao argumento de que os autores não têm direito à indenização por não possuírem a propriedade do imóvel, mas mera posse de bem pertencente à União, tenho que não prospera.*

*A posse é direito e, como tal, passível de mensuração econômica, e, embora o domínio pleno seja da União, a exploração da área sobre a posse dos autores pode ser objeto de reparação, em especial no caso em apreço, em que os documentos (fls. 17/53) apontam que havia, junto ao INCRA, procedimento de regularização da área em favor dos autores, que a ocupavam desde meados do ano de 2005.*

*A respeito da indenizabilidade da posse em caso de desapropriação, esta corte já se manifestou pelo seu deferimento, consoante se observa na seguinte ementa:*

*Apelação cível. Desapropriação. Posse. Teoria objetiva. Possibilidade. Honorários advocatícios. Fixação dentro de limite definido em lei especial. Redução.*

*A posse constitui em direito plenamente protegido e pode ser desapropriado.*

*A verba honorária deve ser fixada dentro do limite máximo admitido em lei. (0016172-45.2011.8.22.0001, Apelação, rei. Des. MORAES, Isaias Fonseca, julg. 3/2/2016) - g.n.*

*Rejeito, portanto, o argumento.*

*Considerando ser incontroverso que houve a efetiva desapropriação da área pela requerida, que lá adentrou e promoveu a derrubada de tudo que havia no local, tenho que é devida a reparação dos danos efetivamente comprovados, os quais passo a apreciar abaixo.*

*O laudo pericial (fls. 190/224) traz toda uma análise da área que foi objeto da ação da requerida e conclui (fl. 206) que são devidos os seguintes valores: R\$56.542,00 - pela terra nua; R\$186.624,58 - pela cobertura florística; R\$9.873,12 - pelas construções; R\$8.567,50 - pelas árvores frutíferas; R\$2.147,14 - pelo desmatamento manual.*

***Em relação à terra nua, tenho como devido o valor, pois a área como um todo, ainda que não explorada, tem mensuração econômica e, portanto, deve ser indenizada.***

*No tocante às construções, às árvores frutíferas e ao desmatamento manual, são igualmente indenizáveis, na medida em que não foi demonstrado que não existiam por ocasião da entrada da ré no local, o que era de todo prudente ser observado por ela, pois alegou, em sua defesa, que não havia ninguém no imóvel quando lá chegou, de modo que poderia ter tirado fotografias da situação do local.*

***Não fosse isso, os documentos que instruem a inicial, em especial aqueles que visam à regularização da atividade no INCRA, apontam que o imóvel era explorado e lá se produziam culturas, de modo que é absolutamente crível que existisse a construção de uma casa, plantação de árvores frutíferas e que, para que tais benfeitorias fossem feitas, certamente houve um desmatamento manual e prévio, não mecanizado igual ao feito pela ré.***

*Outrossim, a impugnação desses valores valeu-se apenas de argumentos retóricos e de um laudo divergente (fls. 310/328), que não trouxe sequer os valores que seriam corretos para as verbas indicadas acima.*

***Assim, mantenho a condenação da requerida ao pagamento da quantia de R\$77.129.76. correspondente à terra nua, às construções, às árvores frutíferas e ao desmatamento manual (g.n.).***

Nesse contexto, para afastar a qualidade de proprietário do autor e o reconhecimento do direito deste à indenização pelas benfeitorias realizadas, seria necessário o reenfrentamento da situação fática da causa, incidindo, na espécie, óbice do Enunciado n.º 7 do STJ.

*A contrario sensu:*

**CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE POSSE CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. DESAPROPRIAÇÃO. PARCIAL**



*PROCEDÊNCIA. VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA AFETA AO STF. ARTS. 498, II, E 1022, II, AMBOS DO NCPC. OMISSÃO E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. TRIBUNAL LOCAL QUE, COM BASE NOS FATOS DA CAUSA, RECONHECEU A QUALIDADE DE POSSEIRO DO AUTOR, FIXANDO A RESPECTIVA INDENIZAÇÃO PELAS BENFEITORAS BEM COMO PELO PERDIMENTO DA POSSE DO TERRENO. REFORMA DO ENTENDIMENTO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.*

*1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. Esta Corte não se presta ao exame de matéria de índole constitucional, cuja análise é afeta ao Supremo Tribunal Federal.*

*3. Não há falar em ofensa aos arts. 489 e 1022, ambos do NCPC, na medida em que o Tribunal a quo apreciou, minudentemente, as questões que lhe foram devolvidas em apelação, assentando que o imóvel objeto da presente ação indenizatória pertence à União, sendo a parte autora mero possessor.*

*4. Para afastar a qualidade de possessor do autor e o reconhecimento do direito deste à indenização pelas benfeitorias realizadas, seria necessário o reenfrentamento da situação fática da causa, incidindo, na espécie, óbice da Súmula nº 7 do STJ.*

*5. Tendo a Corte de origem fixado o valor indenizatório com base nas premissas fáticas da causa, rever os critérios adotados para tanto encontra óbice da Súmula nº 7 do STJ.*

*6. O dissídio jurisprudencial não se encontra comprovado nos moldes previstos no art. 255, § 2º, do RISTJ.*

*7. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo interno não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.*

*8. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso*

*condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.*

*9. Agravo interno não provido, com imposição de multa. (AgInt no REsp 1674274/RO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 05/03/2018)*

3.2. Em relação à cobertura florística:

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia manteve a sentença de primeiro grau quanto ao ponto, com arrimo nos seguintes argumentos (fls. 479/481):

*(...)*

***Passo a apreciar a insurgência da requerida contra a condenação ao pagamento da cobertura florística.***

*A apelante afirma que foi atribuído valor à cobertura florística a par do valor da terra nua, o que somente é admissível em casos excepcionais, ou seja, quando demonstrada a viabilidade de exploração vegetal da área, com proveito comercial, e não é suficiente a simples indicação da existência de efetivo potencial econômico.*

*O perito apurou o valor da indenização pela cobertura florística em R\$183.624,58 (fl. 206).*

***De fato, como alegado pela apelante, a jurisprudência do STJ é no sentido de que a indenização pela cobertura florística nos casos de desapropriação somente deverá ser calculada em separado da terra nua quando comprovada a exploração. Segundo esse entendimento, a indenização pela cobertura florística não é devida nos casos em que não há comprovação da exploração dos recursos vegetais, pois se estaria indenizando o expropriado por atividade que não explorava, o que acarretaria seu enriquecimento sem causa.***

*Contudo, em que pese o posicionamento do STJ, coaduno com o entendimento de que, sendo necessária a supressão vegetal, em razão da cota de alagamento decorrente de instalação de usina hidrelétrica, a indenização ao proprietário do bem expropriado é devida.*

*Nessa perspectiva, o Supremo Tribunal Federal já consolidou entendimento de que a cobertura vegetal possui valor econômico e, portanto, deve ser indenizada pelo expropriante, mesmo que esteja em área sujeita à preservação permanente ou reserva legal, como se demonstrará mais adiante.*

*Ainda que o proprietário não explorasse economicamente a área no momento da expropriação, é certo que o poderia fazer*

*a qualquer tempo, em razão do seu direito de propriedade, observada, obviamente, a legislação florestal.*

*Assim sendo, tendo a área que ser obrigatoriamente suprimida na expropriação, nasce, nesse momento, o direito do proprietário de comercializar a cobertura florística existente na sua propriedade.*

*Entender diversamente disso, no sentido de que o valor comercializado pela supressão vegetal no momento da expropriação é devido à expropriante, ensejaria o enriquecimento sem causa desta, em detrimento do expropriado, o que não se justifica.*

*Ora, não há porque beneficiar a expropriante em detrimento do proprietário da área.*

*Dessa forma, ainda que se alegue que a propriedade estava em área de proteção permanente ou que deveria ser descontado o percentual previsto em lei de reserva legal, é importante salientar que o entendimento do STF há muito tempo é no sentido de que, mesmo nesses casos, a indenização seria possível (g.n).*

Conforme destacado pelo próprio Tribunal de Justiça *a quo*, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o cálculo indenizatório da cobertura florística em separado somente é possível quando há prévia e lícita exploração da vegetação.

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. DESAPROPRIAÇÃO. IMPUGNAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO PERITO. ALEGAÇÃO NO PRIMEIRO MOMENTO PROCESSUAL OPORTUNO. PRECLUSÃO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. COBERTURA FLORÍSTICA. CÁLCULO EM SEPARADO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. EMBARGOS PROTELATÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA. REEXAME DOS FATOS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. (...)*

*5. O Tribunal de origem confirmou a indenização pela terra nua, mas acrescentou indenização pela cobertura florística não explorada. Segue trecho do acórdão (fls. 1.066-1.069, e-STJ, grifou-se): "...em que pese o posicionamento do STJ,*

*coaduno com o entendimento de que sendo necessária a supressão vegetal, em razão da cota de alagamento decorrente de instalação de usina hidrelétrica, a indenização ao proprietário do bem expropriado é devida. (...). Conforme se observa, mesmo em se tratando da existência de área de proteção permanente ou, ainda, de reserva legal na propriedade expropriada, situação na qual os proprietários estão impedidos de explorar a atividade extrativista por imposição legal e que restringem o direito de propriedade, devem estas ser indenizadas, uma vez que estas possuem valor econômico".*

*6. In casu, o acórdão recorrido destoa da jurisprudência do STJ, que permite o cálculo indenizatório da cobertura florística em separado somente quando há prévia e lícita exploração da vegetação. Ademais, após a MP 1.577/1997, isso é vedado em qualquer hipótese, nos termos do art. 12 da Lei 8.629/1993. Precedentes: REsp 1.182.986/MT, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 18/8/2011, DJe 25/8/2011; AgRg no REsp 848.925/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 8/2/2011, DJe 16/2/2011; REsp 1.111.210/BA, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 19/10/2010, DJe 5/11/2010; REsp 963.660/MA, rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j. 17.8.2010, DJe 25.8.2010.*

*7. "A indenização pela cobertura vegetal, de forma destacada da terra nua, está condicionada à efetiva comprovação da exploração econômica lícita dos recursos vegetais, situação não demonstrada nos autos" (EResp 251.315/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Seção, j. 26.5.2010, DJe 18.6.2010).*

*8. A tese de ofensa ao art. 12, § 3º, da Lei 8.629/1993 (nulidade do laudo de avaliação por não ser subscrito por Engenheiro Agrônomo) não está prequestionada. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão que, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal de origem. Incidência da Súmula 211/STJ.*

*9. É pacífico o entendimento no STJ de que a análise do artigo 1.026, § 2º, do CPC, que trata da multa por interposição de Embargos de Declaração protelatórios, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.*

*10. Fica prejudicada análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.*

*11. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa*

*extensão, provido em parte. (REsp 1698577/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 19/11/2018)*

**4. No que tange à alegação de ocorrência de julgamento *ultra petita*:**

O Tribunal de Justiça a quo rechaçou a alegação de vício de julgamento sob os seguintes fundamentos (fls. 476/):

(...)

*Passo a apreciar a alegação de julgamento ultra petita, embora não deduzida topicamente no apelo, mas constante na parte final de sua fundamentação.*

*A respeito do tema, lembro que vigora no processo civil o princípio de que o comando decisório contido na sentença deve guardar correlação estrita com os pedidos da parte no processo. A respeito da matéria, vejamos salutar manifestação de Alexandre Freitas Câmara:*

*O princípio da demanda (ou da inércia) tem como corolário a regra da adstrição da sentença ao pedido. Em outras palavras, o juiz deve, ao emitir o provimento jurisdicional pleiteado, oferecer uma resposta (positiva ou negativa) ao pedido do autor, não podendo ir além ou permanecer aquém desse pedido, nem sendo possível a concessão de bem da vida diverso do pleiteado (proibição de sentença citra, ultra ou extra petita). O provimento jurisdicional a ser emitido deve estar limitado pela pretensão manifestada pelo autor, sob pena de se permitir ao juízo ir além da provocação necessária para o exercício da função jurisdicional. [in Lições de Direito Processual Civil, Vol I, 7ª edição, Editora Lumen Júris, p. 64/65]*

*Diga-se, ainda, que o art. 128 do CPC/1973 (correspondente ao 141 NCPC), estabelece que o juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo- lhe defeso conhecer de questões não suscitadas, cujo respeito à lei exige a iniciativa da parte, bem como o art. 460 do CPC/1973 (correspondente ao 492 NCPC), estabelece ser defeso ao juiz proferir sentença a favor do autor de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.*

(...)

*Na espécie, estamos diante de uma ação de cunho*

*indenizatório decorrente de uma desapropriação de área para implantação do lago de uma usina que não foi precedida de negociação com os autores e, por corolário, de indenização prévia e em dinheiro.*

*Nessa perspectiva, o valor atribuído ao dano material na petição inicial guarda contornos de provisoriedade, na medida em que apenas no curso da lide é que se terá, por meio de provas, a real dimensão do prejuízo material suportado.*

*A situação se assemelha aos casos em que as empresas envolvidas na construção das usinas e linhas, entram com a ação e oferecem um valor baixo para indenizar a área que será atingida ou terá instituída uma servidão e, no curso da lide, é que se afere o valor correto do prejuízo a ser indenizado.*

*Partindo de tais considerações, entendo que não há que se falar em julgamento ultra petita pelo deferimento de valor superior ao pleiteado na inicial, cujo acerto ou não deverá ser apreciado por ocasião da análise do mérito do recurso (g.n.).*

Conforme assente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, se a controvérsia é decidida dentro dos limites delineados na petição inicial, não há falar em julgamento *extra, citra* ou *ultra petita*.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RÉU.**

*1. Conforme o entendimento consolidado neste Tribunal, não configura julgamento ultra petita ou extra petita, com violação ao princípio da congruência ou da adstrição, o provimento jurisdicional exarado nos limites do pedido, o qual deve ser interpretado lógica e sistematicamente a partir de toda a petição inicial. Precedentes.*

*1.1 No caso sub judice, a Corte de origem aplicou esse entendimento e considerou que o provimento judicial no tocante à indenização dos valores contratados entre as partes decorreu dos fatos narrados e do alcance do pedido formulado na exordial. Incidência da Súmula 83/STJ.*

*2. A indenização por danos morais fixada em quantum sintonizado aos princípios da razoabilidade e*

*proporcionalidade não enseja a possibilidade de interposição do recurso especial, dada a necessidade de exame de elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado, o que não se evidencia no presente caso.*

*Incidência da Súmula 7 do STJ.*

**3. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp 513.134/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 26/02/2019)**

#### **5. No que tange à nulidade do laudo pericial:**

A recorrente alegou violação aos arts. 23 e 27, ambos do Decreto-Lei n.º 3.364/41, em razão da nulidade do laudo pericial confeccionado pelo perito judicial.

No entanto, a despeito da extensa fundamentação do recurso especial, verifica-se que os dispositivos legais não foram prequestionados, atraindo o óbice previsto no Enunciado n.º 211, da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO. ALIENAÇÃO JUDICIAL E EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165 e 458, II, do CPC/1973 (arts. 11 e 489, II, e § 1º, IV, do CPC/2015) NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.**

*1. Não há violação dos arts. 165 e 458, II, do CPC/1973 (arts. 11 e 489, II, e § 1º, IV, do CPC/2015), pois o Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada.*

*2. O julgamento do feito apenas se revelou contrário aos interesses dos recorrentes, circunstância que não configura omissão, nem contradição ou obscuridade, tampouco erro material.*

*3. Os embargos de declaração não constituem meio idôneo a sanar eventual error in judicando, não lhes sendo atribuível efeitos infringentes caso não haja, de fato, omissão, obscuridade ou contradição*

*4. Os insurgentes alegaram violação dos arts. 259, 246, III, 349 e 397 do Código Civil. No entanto, os referidos dispositivos legais, em que pese a oposição de embargos de declaração, não foram objeto de debate na origem, o que atraiu o óbice da Súmula 211/STJ ao vertente caso, ante a*

*falta do necessário prequestionamento da matéria.*

5. *Conforme prevê a jurisprudência desta Corte, "Nos termos do art.*

*1.025 do CPC/2015, não há falar em prequestionamento ficto se a alegada matéria não foi discutida na origem e não foi verificada nesta Corte a existência de erro, omissão ou obscuridade" (AgInt no AREsp 1.218.379/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/4/2018, DJe 30/4/2018).*

6. *Agravo Interno não provido. (AgInt no AREsp 1266085/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)*

**RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165 E 458, II, 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. QUITAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS. MULTA AFASTADA.**

1. *Ação ajuizada em 24/01/14. Recurso especial interposto em 06/06/16 e concluso ao gabinete em 05/07/17. Julgamento: CPC/15.*

2. *O propósito recursal consiste em definir: i) se há negativa de prestação jurisdicional, ii) se deve ser declarada a validade e eficácia da quitação do acordo celebrado entre os litigantes; iii) se deve ser afastada a multa por embargos protelatórios.*

3. *Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.*

4. *O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.*

5. *A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.*

6. *Afasta-se a multa do parágrafo único do art. 538 do CPC/73 quando não se caracteriza o intento protelatório na interposição dos embargos de declaração.*

7. *Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido em parte. (REsp 1705964/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 25/06/2018)*



**Ante o exposto, com base no art. 932, inciso V, do CPC/15 c.c. o Enunciado n.º 568/STJ, conheço e dou parcial provimento ao recurso especial para afastar a condenação quanto à cobertura florística.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

